PRIMEIRO
MINISTRO

Gabinete do
Primeiro-Ministro

Received by Parliament on 18 December 2013 and distributed the next day.
Scanned by La'o Hamutuk.

N ° Ref.077/GPM/XII/2012

Excelência,

Junto tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, ao abrigo do previsto na alínea c) do n.° 1 do artigo 97.° da Constituição da República, para consideração e aprovação do Parlamento Nacional, a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para o ano de 2013, e os respectivos anexos, aprovada na reunião extraordinária do Conselho de Ministros de 10 de Dezembro de 2012.

Aproveito a oportunidade para enviar os documentos exigidos, nos termos da Lei do Fundo Petrolífero, para justificar a necessidade de levantar fundos do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado bem como os livros de apoio ao Orçamento.

O Relatório do Auditor a certificar as estimativas de redução do rendimento sustentável Estimado será enviado com a maior brevidade possível.

Aceite, Vossa Excelência, os meus protestos de elevada consideração e estima.

Dili, 18 de Dezembro de 2012

/s/

Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro

Sua Excelência
Presidente do Parlamento Nacional
Senhor Dr. Vicente Guterres
Díli

ANEXOS:

Carta Justificativa do Levantamento Acima do Rendimento Sustentável Estimado
Livro 1 "Panorama Orçamental"
Livro 2 "Planos de Acção Anual"
Livro 3 "Distritos"
Livro 4 "Rúbricas Orçamentais"
Livro 5 "Parceiros de Desenvolvimento"
Livro 6 "Fundos Especiais"

Palacio do Governo
Avenida Presidente Nicolau Lobato
Dili, Timor-Lese

Assunto: Justificação da transferência superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero

Excelência,

Declara a Lei n.° 12/2011 "Primeira alteração à Lei n.° 9/2005, de 3 de Agosto, Lei do Fundo Petrolífero", no seu artigo 9.°, que sempre que se apresente uma necessidade de proceder a uma transferência do Fundo que exceda o Rendimento Sustentável Estimado, o Governo deve expor ao Parlamento Nacional uma justificação detalhada que explique o interesse nacional desse trâmite.

A par com a submissão, para consideração e aprovação do Parlamento Nacional, da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2013, vimos apresentar a Vossa Excelência a presente justificação para cumprir com o requisito legal mencionado.

Celebrámos este ano dez anos da nossa Independência. Timor-Leste tem vindo, durante esta década, a dar os primeiros passos de construção da Nação, edificando as bases do país que por tantos anos tínhamos ansiado.

Temos vindo a conseguir, nestes últimos anos, estabelecer uma arquitectura institucional e política sólida e a alcançar a estabilidade social, factores que nos permitiram, no seu conjunto, começar a investir em alguns sectores cruciais para melhorar as condições de vida dos timorenses e a inserir Timor-Leste no palco económico regional e internacional.

Não foi um percurso fácil. Como qualquer processo histórico de construção de um Estado, vivemos retrocessos e crises graves que tivemos que aprender a resolver juntos. Saíamos afinal de um contexto adverso, classificados então como um dos 20 países mais pobres do mundo. Herdámos um cenário em que uma grande maioria dos timorenses vivia em situação de pobreza e era urgente criar políticas orientadas para os mais vulneráveis.

Foi ainda muito recentemente que tivemos que resolver o conflito interno que assolava o país e que estava a provocar profundas feridas no tecido social timorense. Assistimos a mais de 100 mil deslocados internos, a cerca de um terço das forças armadas a abandonar os quartéis, a uma PNTL descontrolada e sem comando, a civis armados abandonados à sua sorte e a um grupo de rebeldes armados à solta, provocando maior insegurança à instabilidade existente - era esta a imagem de um País jovem, classificado pela comunidade internacional de 'Estado falhado' e sem perspectivas de futuro.

Felizmente, conseguimos nestes últimos três anos, em estreita colaboração com todos os órgãos de soberania, superar estes desafios e, actualmente, vive-se em Timor-Leste um ambiente de segurança, optimismo e confiança no futuro, que é fruto da estabilidade e segurança nacionais adquiridas e resultado dos primeiros passos para o desenvolvimento social e económico.

O nosso compromisso de garantir um clima de paz e segurança não tem sido em vão, pois Timor-Leste é hoje promessa de desenvolvimento. Com um investimento consistente em infra-estruturas básicas e mecanismos de garantia da justiça social temos conseguido melhorar os indicadores de desenvolvimento humano. Os nossos inválidos, os idosos, as viúvas contam hoje com apoios directos do Estado que lhes permite viver uma vida mais digna. Os nossos Heróis Combatentes da Libertação Nacional têm vindo também a beneficiar de subsídios e apoios, como restituição do Estado timorense pelo sacrifício que fizeram em nome da nossa nação.

Aproveitámos o mandato que recebemos do povo para erguer nestes últimos anos os pilares essenciais de um Estado estável, o que exigiu um compromisso profundo e permanente nas áreas cruciais da Justiça, da Segurança, da Defesa. O grande alcance desse período terá sido a consolidação da paz e da estabilidade nacional. Fizemos já um caminho importante, mas muito está ainda por fazer. Do percurso até aqui retirámos lições importantes que nos têm tornado mais resilientes para fazer frente ao futuro que nos aguarda.

Timor-Leste encontra-se este ano numa conjuntura diferente, especial. Dez anos passados da Independência, assistimos a dois momentos marcantes da nossa experiência como nação soberana: por um lado, vivemos em 2012 mais um episódio eleitoral que veio reforçar a solidez da nossa democracia; por

outro, vemos a desmobilização da Missão das Nações Unidas vir confirmar que estamos prontos para assumir a liderança no traçar do nosso destino.

Não entramos nesta etapa levianamente. Antes pelo contrário avançamos com firmeza e responsabilidade, pela garantia de que temos vindo a desenvolver uma reflexão ponderada sobre o que esperamos para o futuro. O plano está traçado: o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 traz consigo uma visão construtiva, faseada e sustentável, dos passos que Timor-Leste tem que tomar para alcançar a curto, médio e longo prazo uma situação de bem-estar que dê a confiança a todos os timorenses neste projecto comum que hoje construímos.

Mais do que nunca, sabemos o que somos e que país queremos ser. Dez anos permitiram conhecermo-nos melhor, identificar os desafios que temos pela frente e testar formas de nos superarmos. Não foi um caminho sem percalços, mas foi um percurso necessário para dele emergirmos como nação mais coesa, mais estável e pacífica.

Este ano realizámos uma avaliação da nossa fragilidade, no âmbito da iniciativa internacional do g7+. Essa avaliação permitiu-nos olhar novamente para dentro, reconhecer que há caminho por fazer e definir com ainda maior clareza que matriz queremos que nos oriente nestes anos, com vista a um futuro sólido. Aceitámos, com orgulho e sentido de responsabilidade, estar na vanguarda destas iniciativas que nos juntam a outros países em desenvolvimento numa reflexão sobre os moldes em que queremos o nosso futuro.

Sabemos que não podemos ainda marginalizar as prioridades que antes tínhamos em mãos: as nossas conquistas, se bem que fundamentais, são apenas as primeiras de um processo longo de construção nacional. Esse não acontece de um momento para o outro e foi por isso que definimos um Plano Estratégico de Desenvolvimento que articule medidas de curto e médio prazo com uma visão de futuro a longo prazo. Queremos assim passar a aliar as prioridades que temos tido até aqui — o combate à pobreza e o apoio aos mais vulneráveis, a reforma da gestão das finanças públicas, o fortalecimento dos nossos profissionais e das nossas instituições, a consolidação da paz e da estabilidade — com um novo enfoque no desenvolvimento económico.

Com as primeiras realizações que temos vindo a alcançar, temos hoje à nossa frente a oportunidade de proporcionar a este país o arranque necessário para avançar definitivamente na curva do crescimento económico.

Pelas gerações futuras, cabe-nos a nós não desperdiçar esta janela de oportunidade e usar os recursos de que dispomos de um forma equilibrada, responsável, mas ambiciosa para que possamos então seguir adiante com o projecto a que nos propusemos: o de construir um país capaz. Neste contexto, o V Governo Constitucional, tendo muito claras as prioridades para o país, vai apostar em quatro frentes fundamentais:

- Capital social
- Desenvolvimento das infra-estruturas
- Desenvolvimento económico
- Quadro institucional

É neste cenário de conjunto que o Governo desenhou as suas grandes prioridades em termos de investimentos. O ano de 2013 dá início a um novo mandato e as nossas propostas para este ano prevêem justamente uma correcta coordenação com aquilo que queremos conseguir numa legislatura de cinco anos, e mais ainda numa perspectiva de longo prazo de acordo com o que sugere o PED.

Não é por acaso que os dois grandes fundos — o Fundo das Infra-estruturas e o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH) — continuam este ano a ser objecto de atenção privilegiada, numa perspectiva de impacto transversal em toda a sociedade. Estes dois pilares são afinal essenciais para um projecto de desenvolvimento económico equilibrado e sustentável.

Assim, neste primeiro ano de mandato, vamos assistir a um aumento muito significativo do número de bolsas proporcionadas pelo FDCH. Vamos proporcionar formação profissional a 2.500 jovens e vamos garantir que o acesso à capacitação dos nossos jovens será igual, tanto na capital como nos Distritos, com o reconhecimento de 20 novos centros de formação profissional por ano.

Em termos de infra-estruturas, o investimento vai ser muito orientado para a melhoria directa das condições de vida dos timorenses, com a elevação do nível das estradas a standards internacionais para garantir a segurança rodoviária, com o início da instalação de sistemas de água em 25.000 lares rurais, ou a continuação do projecto MDG Sucos que construirá 55.000 casas nas aldeias de todo o país.

A provisão de serviços básicos de educação e saúde continua a ter em 2013 um carácter prioritário. Vamos este ano continuar a construção de postos de saúde para garantir que todos os Sucos terão acesso a cuidados essenciais, com especial atenção para os que se encontram em áreas remotas. Vamos também começar a melhorar consideravelmente os serviços do Hospital Nacional, com a ampliação de cuidados prestados ao longo de todo o mandato. Na educação, vai ser iniciada a construção de 250 novas pré-escolas e de uma escola modelo para o Ensino Secundário Geral por cada Distrito. Este ano, o V Governo Constitucional quer também preparar o estabelecimento de 5 escolas técnico vocacionais nos Distritos e de 4 Institutos Politécnicos.

Mas as infra-estruturas devem também responder às necessidades do tecido económico e este requer agora, por exemplo, melhores condições para o desenvolvimento da indústria petrolífera. A grande aposta na Costa Sul com um conjunto de infra-estruturas na área da refinaria e petroquímica, assim como de transportes para servir este sector, está em curso, assegurando que o potencial desta prioridade da nossa economia não será desaproveitado.

Sabemos hoje que a diversificação económica é imperativa para não nos tornarmos dependentes de um recurso ou das oscilações de preços no sistema internacional. Neste sentido, o compromisso determinante com sectores económicos tradicionais, como a agricultura ou as pescas, será paralelo ao impulso a outras áreas em que Timor-Leste pode ser extremamente competitivo, nomeadamente o Turismo. Se por um lado o Governo quer aumentar significativamente a produção de arroz e a exportação de bens nacionais de elevada qualidade como o café, quer também garantir que a beleza natural e a cultura timorense se tornam produto exclusivo que atraia turistas locais e internacionais. Vamos começar a construção de seis centros culturais regionais e um Museu e Centro Cultural em Díli para garantir que este sector vai gerar trabalho para timorenses em todo o território.

Se o papel do Governo é agora crucial na contribuição com grandes investimentos nestas áreas fundamentais, é também prioritário fortalecer o sector privado para que num curto prazo este vá assumindo maior protagonismo no desenvolvimento de Timor-Leste. A inclusão de uma Secretaria de Estado de Apoio e Promoção do Sector Privado na Orgânica do V Governo Constitucional é prova evidente desta aposta.

Neste âmbito, o Programa do Governo prevê assim o estabelecimento de 7 Parcerias Público Privadas em projectos de infra-estruturas. Propõe-se facilitar o estabelecimento de novas empresas com a criação de incubadoras de empresas e a criação de um "balcão único" que simplificará o registo das mesmas, reduzindo consideravelmente o número de dias para a constituição de novas companhias. Vai também prestar apoio a pequenas e micro empresas, cooperativas e grupos industriais e comerciais para potenciar a criação de emprego e estimular sectores produtivos diversificados.

Por último, sabemos que este projecto para o país precisa de contar com instituições sólidas que se distingam pelo rigor, pela transparência e pela responsabilidade. A transparência continua aliás a ser uma prioridade absoluta e transversal a todo o aparelho governativo. No que respeita ao sector particular a que aqui nos referimos, o da gestão do Fundo Petrolífero, Timor-Leste continua a primar por uma prestação irrepreensível no cumprimento da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas.

Além de fortalecer os instrumentos de prestação de contas, o V Governo Constitucional vai também reforçar os mecanismos de monitorização e avaliação dos seus próprios projectos, de forma a garantir que os dividendos oferecidos pelos nossos valiosos recursos naturais se traduzam em motores de crescimento económico sustentável. Foi por esta razão que, no V Governo Constitucional, foi criada a Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional, que irá implementar uma auditoria de desempenho e fiscalização sucessivas, a todas as linhas ministeriais, promovendo assim a capacitação operacional dos funcionários.

Juntamente com o Ministério das Finanças, que vai continuar a dar assistência na formação nas áreas de

aprovisionamento, gestão de contratos, procedimentos legais e administrativos, a Secretaria do Estado para o Fortalecimento Institucional tem por missão, continuar a monitorar a boa prática, para se alcançar maior eficiência e eficácia, dentro do ministério ou na sua relação com outros e sobretudo com o das Finanças.

Também o aumento da receita estatal pela reforma fiscal a que daremos início em 2013 tem como objectivo primeiro conseguir que o esforço orçamental recaia cada vez menos sobre o Fundo Petrolífero. Num período de um mandato prevê-se assim que esta reforma permita aumentar as receitas domésticas do Estado de 134,1 milhões de dólares em 2012 para 218,5 em 2017.

Excelência,

Os desafios que se nos apresentam são complexos e a resposta aos mesmos só pode ser integrada. Investir hoje na diversificação económica é também uma forma de combater a pobreza de amanhã. Formar os nossos jovens é assegurar que num futuro próximo eles serão capazes de conduzir o seu próprio destino. As medidas que tomamos hoje são pensadas para que num curto prazo a vida dos timorenses seja mais digna, mas também para que num médio e longo prazo Timor-Leste consiga alcançar o estado de bem-estar político, social, cultural, económico com que sonhámos quando quisemos ser nação. Por todas estas razões creio que se justifica neste momento um levantamento do Fundo Petrolífero que excede o Rendimento Sustentável Estimado; para que possa ser possível continuar este projecto que temos em mãos de construir Timor-Leste para os nossos filhos que serão amanhã os homens e as mulheres deste país.

Para terminar, junto o "Relatório com a estimativa do montante em que ficará o RSE dos exercícios orçamentais subsequentes, por força de transferência a partir do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado", cumprindo assim o requisito legal, da alínea b) artigo 9.° da Lei do Fundo Petrolífero. No que concerne à alínea c) do mesmo artigo, o "Relatório do Auditor Independente que certifique as estimativas de redução do rendimento sustentável estimado" será enviado com a maior brevidade possível, aguardando-se a certificação do Auditor independente.

Aceite Vossa Excelência a minha mais elevada consideração e estima.

Díli, 18 de Dezembro de 2012

/s/

Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro

Sua Excelência
Presidente do Parlamento Nacional
Senhor Dr. Vicente Guterres
Díli